



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9821 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

Homens na Educação Infantil: que perigo é esse?

Rayffi Gumercindo Pereira de Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

## HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: QUE PERIGO É ESSE?

### Resumo:

Este texto problematiza a ausência masculina na Educação Infantil, a partir da análise de recentes projetos de lei que proíbem professores de realizar cuidados íntimos em crianças, acionando o pânico moral no âmbito da proteção da infância. Com base em pesquisas sobre a atuação de homens na Educação Infantil e breve análise do conteúdo desses projetos, argumenta que essa interdição ecoa a antiga divisão sexual do trabalho, mas vai além ao sustentar uma concepção de masculinidade sexualizada e violenta e de feminilidade assexuada e inofensiva.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Gênero, Masculinidade hegemônica.

### Situando a questão

Em 20 de maio de 2021, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Homens, Masculinidades e Educação – HOME (2021) emitiu um parecer consubstanciado sobre o Projeto de Lei 620/2019 que confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade de realização de cuidados íntimos em bebês e crianças pequenas na Educação Infantil (CEARÁ, 2019). Projeto idêntico (PL 1174/2019) já havia sido apresentado à Assembleia Legislativa de São Paulo pela Deputada Janaína Pascoal. Essas iniciativas, de grupos reacionários ultraconservadores, ferem tanto os direitos de grupos minoritários, quanto das crianças e suas famílias, bem como de professores/as.

Este texto problematiza a inserção de homens na docência em creches e pré-escolas, a partir das interdições sociais impostas a esses profissionais, com base na antiga divisão sexual do trabalho e em representações sociais de uma masculinidade sexualizada e violenta contraposta a uma feminilidade assexuada e inofensiva. Antes de pontuar os argumentos

contidos no debate dos cuidados corporais infantis nesta etapa da educação básica, o texto traz o enfoque da questão na literatura acadêmica brasileira sobre homens na Educação Infantil.

### **A questão dos homens na Educação Infantil na produção educacional brasileira**

Segundo dados do Censo Escolar 2020 do INEP, dos 593.087 docentes da Educação Infantil, os homens são 8,74% na Creche e 8,44% na Pré-escola (BRASIL, 2020). Desde 2005 encontram-se produções acadêmicas na área de Educação sobre essa inserção. Em uma busca realizada em 15/6/2021 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, com os descritores Educação Infantil, gênero, homem(ns), docência masculina, professor(es) homem(ns), foram identificadas 6 teses e 28 dissertações, que não serão registradas aqui por limite de espaço.

Neste trabalho, destacamos os resultados de cinco produções acadêmicas sobre homens atuando como docentes na Educação Infantil, que chamam atenção para questões de sexualidade: a tese pioneira de Déborah Thomé Sayão (2005) e as dissertações de José Edimar de Sousa (2011), Joaquim Ramos (2011), Peterson Rigato da Silva (2014) e Rodrigo Zola Bahia (2020).

As referidas pesquisas tiveram diversos objetivos, buscando compreender desde os motivos pelos quais os homens ingressam na Educação Infantil, de que maneira se dá esse processo de ingresso, e como se constituem como docentes na educação das crianças de 0 a 6 anos de idade, em um campo historicamente feminizado, até identificar como ocorrem as relações de gênero e poder (androcêntricas e adultocêntricas) nessa etapa da educação básica.

Os resultados alcançados possibilitam visualizar e compreender algumas questões que circundam a temática dos professores homens na Educação Infantil, indicando que a concepção de profissão feminina precisa ser revista, já que qualquer noção sobre mulheres implica suas relações com os homens; e que é necessário e possível superar binarismos como masculino e feminino na formação docente (SAYÃO, 2005).

Ramos (2011), por exemplo, constatou que os professores são “naturalmente” direcionados para funções de apoio ou turmas de crianças maiores, que demandam menos cuidados corporais. E mais: os homens que optam por cuidar e educar bebês e crianças pequenas vivenciam, além do período probatório, um período comprobatório, ou seja, necessitam de um tempo para comprovarem que são competentes e habilidosos para atuarem junto às crianças pequenas e, sobretudo, que não oferecem riscos a sua integridade física (e sexual).

A pesquisa de Silva (2014) verificou que há uma separação entre o cuidar dos corpos (atividade atribuída às professoras) e o educar, causada pelo medo do abuso sexual na relação entre os professores e as crianças pequenas, o que acaba causando prejuízos para as relações afetivas no cotidiano pedagógico desses profissionais e das crianças, em meio à vigilância constante. Na mesma direção, a pesquisa de Bahia (2020) apontou que os homens geralmente sofrem violência simbólica de gênero, que envolve insinuações sobre sua orientação sexual e proibições de prestação de cuidados corporais às crianças (BAHIA, 2020).

Apesar do aparente “sexismo às avessas” sofrido pelos professores (BAHIA, 2020), o trabalho de Sousa (2011) identificou que existe também um reconhecimento por parte da comunidade escolar de que o trabalho docente exige formação específica de quem o exerce, de modo que o gênero do/da docente teria menos importância na avaliação sobre homens

atuando na docência com crianças pequenas, pesando mais o conhecimento de cada sujeito, para sua aceitação ou não pela comunidade escolar.

Essas pesquisas evidenciam que as dificuldades, tensões e desafios vivenciados por professores homens ao atuarem na Educação Infantil, decorrem das representações de masculinidade e feminilidade, sendo os homens vistos como perigosos e as mulheres como naturalmente afeitas ao cuidado das crianças, portanto, sendo as únicas indicadas aí ofício de professoras de Educação Infantil. Quando os homens ingressam na docência com crianças pequenas, são alvo de suspeita e desconfiança. Nesse contexto, só a persistência desses professores, sujeita à comprovação de sua capacidade profissional, pode contribuir para que os preconceitos sejam questionados e superados.

### **Os argumentos contra e a favor da inserção dos homens na Educação Infantil**

O PL 620/2019 é permeado por representações de masculinidade e feminilidade padronizadas e preconceituosas. Em seu Art. 1º estabelece que “Na Educação Infantil, os cuidados íntimos com as crianças, com destaque para banhos, trocas de fraldas e roupas, bem como auxílio para usar o banheiro, serão realizados exclusivamente por profissionais do sexo feminino”. No Art. 2º ressalva que “As atividades pedagógicas e aquelas que não impliquem cuidado íntimo com as crianças poderão ser desempenhadas por profissionais de ambos os sexos”, como se o cuidado não fosse contexto de aprendizagens, portanto, não tivesse implicação pedagógica. Ademais, a proibição de profissionais do sexo masculino auxiliarem crianças pequenas no uso do banheiro estende-se ao Ensino Fundamental I, segundo o Art. 4º.

Ressaltam-se noções problemáticas aqui implícitas: a primeira é uma noção de aprendizagem que exclui o corpo e, especificamente, a aprendizagem do autocuidado; a segunda é a de que há partes do corpo (íntimas) que não podem ser fôco do trabalho pedagógico nas instituições de Educação Infantil, noção que se estende à exclusão da educação para a sexualidade do currículo em etapas posteriores.

Claramente inconstitucional, tal projeto de lei discrimina os docentes por sexo ou gênero. Ao tentar controlar práticas docentes voltadas a atividades pedagógicas de cuidado, aciona o pânico moral, compreendido como uma reação exacerbada que funciona como mecanismo de controle e reprodução social (GUIDDENS e SUTTON, 2017, p. 295), neste caso, controle de homens que tocam os corpos de crianças e assim transgridem a antiga divisão sexual do trabalho.

O arrazoado implícito no projeto de Lei é que os homens não estariam aptos a cuidar de bebês e crianças pequenas, seja com base em uma concepção biologicista e/ou essencialista de gênero, seja porque a socialização masculina não qualifica para a maternagem, entendida como um conjunto de competências socialmente construídas e naturalizadas, associadas ao cuidado e à (re)produção da vida, tradicionalmente a cargo das mulheres (HOME, 2021). Ignorando que sujeitos do sexo masculino podem aprender a maternar, tal concepção transfere “as lógicas que regem as relações familiares para a regulação das práticas de cuidado e educação em creches e pré-escolas” (HOME, 2021, p. 4), excluindo os homens da Educação Infantil.

Mas será apenas uma questão de incompetência masculina natural ou produzida? Tudo indica que não, pois os professores homens detêm as mesmas qualificações profissionais que as mulheres. O pânico moral evocado pelo projeto de lei diz respeito à sexualidade, outra

questão que precisa ser pautada no debate público sobre a escola, em geral, e sobre homens na Educação Infantil, em especial. Esse pânico ao mesmo tempo em que se fundamenta em uma representação de sexualidade masculina descontrolada, retroalimenta essa mesma representação.

O padrão de atuação do pânico moral consiste em identificar algo ou algum grupo “como uma ameaça aos valores morais comuns. A ameaça é, então, exagerada e simplificada na mídia de massa” (GUIDDENS e SUTTON, 2017, p. 296), surgindo “pressões para que as autoridades tomem alguma atitude, normalmente pela introdução de nova legislação” (p. 297). Por que a presença e a atuação profissional de homens na docência e cuidado de bebês e crianças pequenas se constitui em uma ameaça? Qual o problema afinal e qual a gravidade do suposto problema?

Como gênero se articula a sexualidade, o problema é a construção da masculinidade hegemônica (CONNELL, 1995), representada como sexualizada e violenta, que se opõe a uma suposta assexualidade feminina, associada à exaltação da maternidade. Por isso, no senso comum, as suspeitas sobre os docentes do sexo masculino são acionadas pelo pânico moral de que os homens seriam perigosos, estando implícitas a pedofilia e a violência sexual na interdição posta pelo PL ao “cuidado íntimo” desempenhado por professores de crianças pequenas.

O HOME (2021, p.27) afirma que a presença de homens realizando educação e cuidados juntos a bebês e crianças pequenas possibilita-lhes o convívio com representações masculinas diversas, “distantes da masculinidade hegemônica” tida como impulsiva, agressiva e avessa à maternagem. Nesse sentido, o grupo considera desejável que a maternagem seja aprendida e praticada, também, pelos homens. E ressalta que, nas instituições de Educação Infantil, a atuação de docentes homens propicia a construção de novas representações de masculinidade e feminilidade, assim como de relações humanas, contribuindo para mudar a divisão sexual do trabalho e as relações de desigualdade de gênero, com repercussão positiva na construção das identidades de meninos e meninas. Ao mesmo tempo, lembra que são as instituições educativas que identificam e denunciam os abusos sexuais sofridos pelas crianças em casa, o que corrobora a necessidade de ampla educação para a sexualidade.

### **Considerações finais**

A exclusão dos docentes homens do “cuidado íntimo” das crianças, tal como previsto nos PL 620/2019/ALCE e 1174/2019/ALSP, revela uma representação de masculinidade sexualizada e violenta, perigosa para a integridade das crianças, uma representação que precisamos extinguir ao invés de banir os homens da Educação Infantil.

Assim, ao invés de combater essa noção de masculinidade nociva, essas iniciativas a reforçam e retroalimentam. Ademais, essa forma de masculinidade aparece como única e legítima, desconsiderando-se outras expressões masculinas. De igual modo, sendo gênero uma categoria relacional, a essa noção hegemônica de masculinidade corresponde uma visão essencialista da feminilidade, compreendida como assexuada e inofensiva.

Enfim, a inclusão de professores do sexo masculino na Educação Infantil contraria a representação da masculinidade hegemônica, pois a atuação de homens nos cuidados em creches e pré-escolas, ao mesmo tempo em que oportuniza a construção de novas masculinidades desde essa etapa educativa, transforma essas instituições em espaços

socialmente organizados para a prevenção da violência, como argumenta o HOME (2021), contribuindo, ademais, para um processo educativo mais igualitário.

## Referências

BAHIA, Rodrigo Zola. **Sexismo às avessas?** Professores homens na educação infantil na rede pública municipal de educação de Belo Horizonte. 2020. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, Centro de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: INEP, 2020.

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**. 1995.

GUIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**, 2 ed. revisada. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

HOME - Grupo de estudos e pesquisas sobre homens, masculinidades e educação. **Parecer consubstanciado sobre Projeto de Lei nº 620/2019**, apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará, que restringe a realização de cuidados íntimos nos corpos de bebês e crianças de terra idade a profissionais de Educação Infantil do sexo feminino, 2021.

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre professores homens da Educação Infantil e as relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte - MG**. 2011. 139 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SAYÃO, Déborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil: um estudo de professores em creche**. 2005. 273 f. Tese de Doutorado - Programa de PósGraduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SILVA, Peterson Rigato da. **Não sou tio, nem pai, sou professor!** A docência masculina na Educação Infantil. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2014.

SOUSA, José Edilmar de. **Por acaso existem homens professores de Educação Infantil?** Um estudo de casos múltiplos em representações sociais. 2011. 206f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2011.